

Rocha Terminais
Portuários e
Logística S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores da
Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.**
Paranaguá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	201.945	94.393	202.416	123.016	Fornecedores	16.a	30.730	28.396	37.721	32.894
Contas a receber de clientes	10	33.309	22.638	42.646	31.558	Empréstimos e financiamentos	18	69.636	44.200	78.889	51.952
Impostos a recuperar	11	11.648	2.927	12.262	2.957	Impostos e contribuições a recolher	19	4.208	1.797	6.870	3.922
Dividendos a receber	20	2.719	226	2.360	226	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		9.329	8.286	12.056	10.562
Outros ativos circulantes		12.598	8.613	17.281	11.640	Adiantamentos de clientes		11.108	13.265	12.135	14.288
						Passivo de arrendamento	17	29.575	31.642	38.710	37.665
						Outras contas a pagar	16.b	-	-	24.742	29.559
		<u>262.219</u>	<u>128.797</u>	<u>276.965</u>	<u>169.397</u>			<u>154.586</u>	<u>127.586</u>	<u>211.123</u>	<u>180.842</u>
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber de clientes	10	8.968	6.890	8.887	6.922	Fornecedores	16.a	81	1.326	-	-
Impostos a recuperar	11	3.318	4.731	5.968	13.020	Empréstimos e financiamentos	18	371.519	248.610	459.810	341.047
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	12.315	7.578	23.807	Passivo de arrendamento	17	110.786	86.228	128.681	98.641
Depositos judiciais	21	56.516	49.209	56.518	49.211	Outras contas a pagar	16.b	56.023	49.118	56.023	69.677
Mútuo entre partes relacionadas	20	30.218	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	3.519	-	-	-
Outras contas a receber		6.361	5.501	7.149	6.012	Provisão para contingências	21	716	291	7.491	6.461
Investimentos	13	446.128	428.521	486.600	431.871			<u>542.644</u>	<u>385.573</u>	<u>652.005</u>	<u>515.826</u>
Imobilizado	14	757.584	679.302	819.764	736.277	Patrimônio líquido					
Direito de uso - Arrendamento	17	127.826	106.356	152.926	123.190	Capital social	22.a	31.574	31.574	31.574	31.574
Intangível	15	5.063	4.466	47.744	49.890	Reservas de capital	22.b	490.247	490.247	490.247	490.247
						Reservas de lucros	22.d 22.e	485.150	391.108	485.150	391.108
		<u>1.441.982</u>	<u>1.297.291</u>	<u>1.593.134</u>	<u>1.440.200</u>			<u>1.006.971</u>	<u>912.929</u>	<u>1.006.971</u>	<u>912.929</u>
								<u>1.704.201</u>	<u>1.426.088</u>	<u>1.870.099</u>	<u>1.609.597</u>
		<u>1.704.201</u>	<u>1.426.088</u>	<u>1.870.099</u>	<u>1.609.597</u>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas	23	386.234	296.362	546.974	441.788
Custo dos serviços prestados	24	<u>(288.285)</u>	<u>(252.481)</u>	<u>(395.392)</u>	<u>(355.576)</u>
Lucro bruto		97.949	43.881	151.582	86.212
(Despesas) receitas operacionais					
Comerciais	24	(615)	(412)	(615)	(412)
Provisão para perda esperadas com clientes	10	(99)	(29)	342	(79)
Administrativas e gerais	24	(21.484)	(17.218)	(22.124)	(17.972)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	<u>(6.930)</u>	<u>(11.995)</u>	<u>(8.950)</u>	<u>(8.851)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		<u>68.821</u>	<u>14.227</u>	<u>120.235</u>	<u>58.898</u>
Receitas financeiras	25	18.645	9.462	19.394	7.512
Despesas financeiras	25	<u>(50.026)</u>	<u>(27.573)</u>	<u>(70.753)</u>	<u>(57.826)</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(31.381)</u>	<u>(18.111)</u>	<u>(51.359)</u>	<u>(50.314)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	13	<u>135.085</u>	<u>97.331</u>	<u>114.348</u>	<u>88.483</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		172.525	93.447	183.224	97.067
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(3.649)	-	(13.953)	(7.670)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	<u>(15.834)</u>	<u>7.137</u>	<u>(16.229)</u>	<u>11.187</u>
Resultado do exercício		<u>153.042</u>	<u>100.584</u>	<u>153.042</u>	<u>100.584</u>
Lucro por ação - em R\$				4,85	3,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
Resultado do exercício	153.042	100.584	153.042	100.584
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>153.042</u>	<u>100.584</u>	<u>153.042</u>	<u>100.584</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Total
		Capital social	Reserva de capital	Ágio em transação de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		31.574	527.423	(37.176)	6.314	339.810	-	867.945
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	100.584	100.584
Destinações:								
Dividendos mínimos obrigatórios	22.f	-	-	-	-	-	(25.146)	(25.146)
Dividendos complementares	22.f	-	-	-	-	(30.454)	-	(30.454)
Retenção de lucros no exercício	22.e	-	-	-	-	75.438	(75.438)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>31.574</u>	<u>527.423</u>	<u>(37.176)</u>	<u>6.314</u>	<u>384.794</u>	<u>-</u>	<u>912.929</u>
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	153.042	153.042
Destinações:								
Dividendos mínimos obrigatórios	22.f	-	-	-	-	-	(38.261)	(38.261)
Dividendos complementares	22.f	-	-	-	-	(19.000)	(1.739)	(20.739)
Retenção de lucros no exercício	22.e	-	-	-	-	113.042	(113.042)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>31.574</u>	<u>527.423</u>	<u>(37.176)</u>	<u>6.314</u>	<u>478.836</u>	<u>-</u>	<u>1.006.971</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		153.042	100.584	153.042	100.584
Ajustes por:					
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas com clientes	10	99	29	(342)	79
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social	12	19.483	(7.137)	30.182	(3.517)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(135.085)	(97.331)	(114.348)	(88.483)
Depreciação e amortização	14 15	44.147	38.393	53.926	47.005
Resultado na baixa de ativo permanente	14	1.354	6.760	5.012	6.772
Depreciação do direito de uso - arrendamento	17	20.186	22.316	29.114	27.143
Juros e correções incorridos	18 29	41.025	9.761	54.908	13.195
Juros de contrato de arrendamento	17	6.430	4.391	7.597	5.056
Atualização monetária - contraprestação aquisição Vanzin	25	-	-	2.111	23.255
Constituição de provisão para contingências	21	425	283	1.030	996
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber de clientes - circulante e não circulante		(12.848)	2.338	(12.711)	(11.640)
Redução em impostos a recuperar - circulante e não circulante		6.728	4.268	11.783	7.101
Aumento em depósitos judiciais		(7.307)	(5.461)	(7.307)	(5.461)
Aumento em outros ativos - circulante e não circulante		(35.063)	(246)	(6.778)	(1.603)
Aumento em fornecedores - circulante e não circulante		1.089	12.281	4.827	11.194
(Redução) aumento em impostos e contribuições a recolher		711	(112)	1.120	(676)
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		1.043	1.422	1.494	2.065
Aumento em outros passivos - circulante e não circulante		6.905	5.874	1.318	5.871
(Redução) aumento em adiantamentos de clientes		(2.157)	7.106	(2.153)	7.772
Atualização monetária paga		-	-	(5.699)	(10.629)
Impostos sobre o lucro pagos		(1.949)	-	(12.125)	(6.330)
Juros s/ financiamentos pagos	18	(37.601)	(19.559)	(49.543)	(21.003)
Fluxos de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais		70.657	85.960	146.458	108.746
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Contraprestação transferida - aquisição Vanzin		-	-	(16.201)	(16.201)
Aumento de participação em investimentos	13	-	-	(31.500)	(36.000)
Dividendos recebidos	13	114.985	109.228	88.985	109.228
Aquisição de imobilizado e intangível	15 16 29	(121.891)	(192.810)	(137.790)	(215.237)
Fluxos de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(6.906)	(83.582)	(96.506)	(158.210)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos captados	18	162.000	50.370	162.000	137.870
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	18	(33.604)	(70.606)	(38.190)	(74.356)
Pagamento de arrendamentos	17	(25.595)	(22.316)	(35.362)	(27.143)
Dividendos pagos	22.f	(59.000)	(89.348)	(59.000)	(89.348)
Fluxos de caixa líquidos provenientes das (usado nas) atividades de financiamento		43.801	(131.900)	29.448	(52.977)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		107.552	(129.522)	79.400	(102.441)
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	10	94.393	223.915	123.016	225.457
No fim do exercício	10	201.945	94.393	202.416	123.016
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		107.552	(129.522)	79.400	(102.441)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. ("Companhia" ou "Grupo") integra uma linha empresarial fundada em Paranaguá-PR em 29 de janeiro de 1864, dedicada às atividades portuárias e retroportuárias ininterruptas desde a origem. Com sede em Paranaguá-PR, possui filiais em Curitiba-PR e São Francisco do Sul-SC, além disso possui atividades por meio de Investidas nos portos de Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC), Rio Grande (RS), Itaquí (MA) e Palmeirante (TO). Atua no setor de logística portuária e retro portuária, destacando-se na prestação de serviços nos segmentos de: armazenagem de cargas em graneis, siderúrgicos e carga geral; operações portuárias (descarregamento e carregamento de navios) de cargas granel de importação e granel de exportação além de carga geral e celulose; graneis líquidos; comissária de despachos aduaneiros e desembaraço de cargas; terminais de carga alfandegados, agenciamento de transporte de cargas e mercadorias e participação em outras empresas.

A Companhia opera no Porto de Paranaguá-PR sob certificado da Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina "APPA", concedido somente a empresas devidamente qualificadas como "Operador Portuário" e que atendam aos requisitos exigidos pela autoridade portuária. Este certificado tem prazo de duração determinado, tendo ocorrido a última renovação em 19 de novembro de 2018, com validade até 09 de novembro de 2023 o qual poderá ser renovado sem quaisquer ônus para os negócios da Companhia. Para mantê-lo a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 (Lei da Modernização dos Portos), atualizada pela Lei 12.815/13. Na operação portuária, são pagas as tarifas pertinentes à autoridade portuária em decorrência de cada operação executada, além da contratação de mão-de-obra de conferentes, arrumadores e estivadores junto ao Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).

A Companhia firmou o contrato de arrendamento nº 115/2002 com a APPA em 16 de setembro de 2002, e opera a Instalação Portuária Alfandegada (IPA) nas dependências do Armazém 9A do Porto de Paranaguá-PR. O referido contrato teve sua adequação aos dispositivos das Leis 8.630/93 e Lei 12.815/13 e também pela Resolução ANTAQ nº 2240/11 em 3 de setembro de 2012. Em 31 de agosto de 2022 este contrato foi prorrogado pela APPA até 2042 por meio do 3º termo aditivo.

A Companhia possui também o certificado de "Operador Portuário" emitido pela Administração do Porto de São Francisco do Sul "APSFS" em consonância aos dispositivos da Lei 8.630/93 atualizada pela Lei 12.815/13, concedendo a Companhia a qualificação para executar operações no Porto de São Francisco do Sul-SC; a referida habilitação foi emitida em 3 de dezembro de 2013, com validade até 3 de dezembro de 2023 o qual poderá ser renovado sem quaisquer ônus para os negócios da Companhia. Para mantê-lo a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 (Lei da Modernização dos Portos), atualizada pela Lei 12.815/13.

A Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 44 da 9º SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 25 de novembro de 2013, o alfandegamento a título permanente de seu complexo de armazenagem de graneis sólidos de importação (GIMPO), filial que está inscrita no CNPJ/ME sob nº 81.716.144/0005-74, localizada na área

externa ao Porto Organizado de Paranaguá - PR, na Av. Cel. José Lobo, nº 1.913, município de Paranaguá -PR, cuja infraestrutura é composta por armazém, área de pátio com balanças e esteira que liga ao Terminal Público de Fertilizantes do Porto de Paranaguá. O alfandegamento obtido está em conformidade com os dispositivos do Contrato de Passagem nº 006/2010, ratificado por seus termos aditivos, firmado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, confirmado pela ANTAQ (Agência Nacional de Transporte Aquaviário), o qual tem prazo de vigência de 25 anos (com validade até 2037) podendo ser prorrogado por igual período (até 2062). Em 22 de abril de 2014, a Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 10 da 9º SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 25 de abril de 2014, a extensão do alfandegamento para toda a infraestrutura do complexo de armazenagem de granéis sólidos de importação, mantidas as mesmas condições mencionadas no parágrafo acima.

Em 26 de outubro de 2017, a Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 19 da 9º SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 27 de outubro de 2017, o alfandegamento a título permanente de sua instalação portuária cognominada “GEXPO”, filial que está inscrita no CNPJ/ME sob nº 81.716.144/0015-46, localizada em área contígua ao Porto Organizado de Paranaguá, na Av. Cel. José Lobo, s/nº, Oceania, Paranaguá (PR). Em 25 de março de 2022, o Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 7 da 9º SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 28 de março de 2023, alterou a redação do ADE 19/2017 para refletir a ampliação do GEXPO, o qual conta com um montante de área de 56.743 m2, composta por 4 (quatro) armazéns (“AZ 01, AZ 02, AZ 03 e AZ 04”), e pelas demais estruturas e equipamentos acessórios que servem de apoio à atividade de movimentação e armazenagem de granéis sólidos de origem vegetal destinados à exportação, tais como, moegas, tombadores, balanças, torres de transferência, etc., inclusive correias transportadoras públicas e privadas, instaladas em caráter permanente, que estabelecem a interligação entre as estruturas de armazenagem retroportuárias e o eixo central do denominado “Corredor de Exportação da APPA”). O alfandegamento obtido está em conformidade com os dispositivos do Contrato de Passagem nº 026/2010, ratificado por seus termos aditivos, firmado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, confirmado pela ANTAQ (Agência Nacional de Transporte Aquaviário), o qual tem prazo de vigência de 25 anos (com validade até 2038) podendo ser prorrogado por igual período (até 2063).

Em 24 de novembro de 2017, a Companhia recebeu da Fundação Vanzolini o Certificado de Sistema de Gestão Ambiental NBR ISO 14001:2015, na mesma data recebeu o Certificado de Sistema de Gestão de Qualidade NBR ISO 9001: 2015 e recebeu ainda o Certificado de Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional OHSAS 18001: 2007, certificações que consolidam o Sistema de Gestão de Integrado SGI da Companhia. Em novembro de 2018, houve a renovação de todos os Certificados os quais são verificadas e mantidos permanentemente pela Companhia.

Em 2018 a Companhia obteve as Certificações de OEA (Operador Econômico Autorizado) da Receita Federal do Brasil para: (i) Operações Portuárias; (ii) Complexo de armazenagem de granéis sólidos de importação (GIMPO); (iii) Instalação Portuária Alfandegada (IPA-AZ9A); e para sua controlada Porto Seco. Em janeiro de 2019, a Companhia obteve a Certificação de OEA para a sua Instalação Portuária para Granéis Sólidos de Exportação “GEXPO”. As Certificações de OEA são verificadas e mantidas anualmente pela Receita Federal do Brasil.

2 Relação de entidades controladas

Abaixo estão apresentadas a lista das empresas controladas pela Companhia.

Empresas	Controle	2022	2021
Rio Bacacheri Participações S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A.	Indireto	100,00%	100,00%
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	Direto	99,99%	99,99%

a. **Rio Bacacheri Participações S.A. (“Rio Bacacheri”)**

Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Paranaguá - PR, que tem como objeto social a participação em outras empresas do segmento portuário. A Rio Bacacheri detém 100% das ações da Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A.

b. **Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A. (“Rocha GranExpo”)**

Trata-se de uma sociedade de propósito específico (SPE), com sede em Paranaguá - PR, que tem como objeto social as atividades de operação portuária de granéis sólidos de exportação. A Rocha GranExpo atualmente encontra-se sem atividades operacionais.

c. **Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A. (“Rocha RS”)**

Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Rio Grande - RS, que tem como objeto social as atividades de operação portuária de granéis e carga geral, oriundos de importações e/ou destinados a exportações e, ainda, armazenagem de granel de importação. A Rocha RS detém 50% das ações da Companhia Operadora Portuária do Itaquí-COPI.

d. **Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. (“Porto Seco”)**

Trata-se de uma sociedade limitada, com sede em São Francisco do Sul - SC, que tem como objeto social a operação e exploração de terminal alfandegado de uso público, destinado à prestação de serviços públicos, de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de São Francisco do Sul.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de março de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 7.o e 17 - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Nota explicativa 13 - no que se refere a consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; e sobre a equivalência patrimonial: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 10 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa 12 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas explicativas 14 e 15 - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado e intangível;

Nota explicativa 21 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito na nota explicativa nº 26.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais

contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	Controle	2022	2021
Rio Bacacheri Participações S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A.	Indireto	100,00%	100,00%
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	Direto	99,99%	99,99%

(iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite o Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo possui as seguintes entidades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*):

Empresas	Tipo	2022	2021
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	Empreendimento direto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	Empreendimento direto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Companhia Operadora Portuária de Itaquí-COPI	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Companhia Operadora Portuária de Itaquí-COPISI	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	Empreendimento direto controlado em conjunto	28,33%	28,33%
Melport Terminais Marítimos Ltda.	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Sul Trading Ltda.	Empreendimento indireto controlado em conjunto	0,50%	0,50%
CPL-Central Paranaense de Logística S.A.	Coligada indireta	12,50%	12,50%

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de prestação de serviços

A Companhia, suas Controladas e investidas atuam na prestação de serviços de operações portuárias e armazenagem, em armazéns gerais e recintos alfandegados, no acondicionamento de produtos, despacho aduaneiro, unitização e desunitização de cargas, envase, estufagem e desestufagem de contêineres, operações em recintos alfandegados, transporte, recepção, armazenagem e expedição de (a) graneis sólidos de importação (fertilizantes, cereais e outros) e de exportação (soja e milho), (b) graneis líquidos (derivados, metanol e outros), (c) carga geral, celulose e produtos siderúrgicos, (d) cargas de projeto, locação de bens móveis, de máquinas e equipamentos, e (e) outras cargas na logística portuária.

A receita dos serviços prestados é reconhecida no resultado em virtude do respectivo estágio da prestação e está relacionada, principalmente, as operações portuárias, armazenagem e operações logísticas. A receita dos serviços também poderá ser mensurada pelo montante recebido ou a receber pelos serviços prestados no curso normal dos negócios, líquidos de eventuais descontos comerciais e dos impostos sobre a venda.

Operações Portuárias: as operações portuárias referem-se, basicamente, aos serviços de embarque e desembarque de cargas à granel dos navios, e aos serviços de movimentação das

cargas a granel e/ou ainda cargas soltas (projetos) nos portos, e são reconhecidas ao longo do tempo no resultado, conforme evolução da realização das operações portuárias.

Armazenagem: refere-se à prestação de serviços de armazenagem de produtos nos armazéns e/ou tanques próprios e/ou arrendados do Grupo. A receita de armazenagem poderá ser reconhecida no resultado no momento da entrada das cargas, durante as estadias e/ou ainda na retirada das mesmas dos armazéns.

Operações Logísticas: as operações logísticas são referentes, principalmente, ao desembarço aduaneiro, transporte, serviços complementares, e à armazenagem de carga geral, containerizada e/ou ainda operações com produtos siderúrgicos na modalidade *break bulk* e celulose. As receitas com operações logísticas são reconhecidas no resultado de acordo com a conclusão dos serviços contratados, ou ainda, de acordo com as propostas comerciais.

d. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas controladas não fornecem benefícios de longo prazo a seus empregados.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem, principalmente:

- Rendimentos com aplicações financeiras;
- Despesa de juros; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em

que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data da demonstração financeira.

h. Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota explicativa nº 10 - Contas a receber de clientes.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor

período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

Edificações e benfeitorias	20 - 30 anos
Equipamentos e guindastes	5 - 15 anos
Outros ativos	10 anos (média)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O reconhecimento do ágio nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi efetuada em consonância com os dispostos nas normas (i) CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; (ii) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas; e (iii) ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Softwares e demais intangíveis

Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

Os *softwares* e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes para os dois períodos apresentados:

<i>Softwares</i>	5 anos
Acordos de não competição	5 anos
Contratos de arrendamento	10 - 25 anos
Outros intangíveis	10 - 12 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificaram os ativos financeiros na categoria de “Custo amortizado”, os quais são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e na categoria de “Valor justo por meio do resultado”

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não celebraram contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

I. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

m. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

o. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

p. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num

mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

q. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

r. Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

s. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia optou por classificar os juros pagos como fluxo de caixa operacional, dividendos pagos como fluxo de financiamento e os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa de investimento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 - R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

t. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com report à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

u. Dividendos a pagar

É assegurado aos acionistas, por meio do estatuto social da Companhia, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição torna-se uma obrigação presente na data do balanço, referindo-se à parcela de dividendo mínimo obrigatório não antecipado e/ou dividendos complementares, cuja aprovação para distribuição tenha sido devidamente realizada até a data base das demonstrações financeiras.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Determinadas novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

A. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, o Grupo não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. O Grupo está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

B. Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	2.857	2.270	3.328	4.365
Aplicações financeiras	199.088	92.123	199.088	118.651
	<u>201.945</u>	<u>94.393</u>	<u>202.416</u>	<u>123.016</u>

Os investimentos de curto prazo, classificados como equivalentes de caixa, referem-se a papéis remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas com instituições consideradas pela administração como de 1ª linha, com possibilidades de resgates parciais ou totais sem restrições. Os valores estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos respectivos rendimentos, que foram superiores a 102% do CDI (aproximadamente 100% em 2021).

Os investimentos de curto prazo são somente em aplicações financeiras junto às instituições financeiras de primeira linha, conforme abertura abaixo:

Instituição financeira	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Safra	142.419	39.601	142.419	39.601
Bradesco	43.159	26.858	43.159	46.422
Itaú	7.548	-	7.548	-
Santander	5.962	25.664	5.962	32.628
	<u>199.088</u>	<u>92.123</u>	<u>199.088</u>	<u>118.651</u>

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Clientes nacionais	32.673	23.751	42.115	33.793
Clientes no exterior	8.223	4.298	8.593	4.298
Partes relacionadas (veja nota explicativa nº 20)	1.649	1.648	1.378	1.284
(-) Provisão para perdas esperadas (i)	<u>(268)</u>	<u>(169)</u>	<u>(553)</u>	<u>(895)</u>
	<u>42.277</u>	<u>29.528</u>	<u>51.533</u>	<u>38.480</u>
Circulante	33.309	22.638	42.646	31.558
Não circulante	8.968	6.890	8.887	6.922

Faixas de vencimento, excluindo saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	33.976	27.356	42.493	36.179
Vencidos entre 1 e 90 dias	5.912	116	6.550	594
Vencidos entre 91 e 180 dias	524	11	723	54
Vencidos acima de 180 dias	<u>484</u>	<u>566</u>	<u>942</u>	<u>1.264</u>
	<u>40.896</u>	<u>28.049</u>	<u>50.708</u>	<u>38.091</u>
(-) Provisão para perdas esperadas (i)	<u>(268)</u>	<u>(169)</u>	<u>(553)</u>	<u>(895)</u>
	<u>40.628</u>	<u>27.880</u>	<u>50.155</u>	<u>37.196</u>

- (i) A Companhia e suas controladas têm como política contábil constituir a provisão para perdas de créditos esperadas para os recebíveis cuja liquidação seja considerada como incerta. Inicialmente, são feitas análises individuais, verificando-se o histórico recente e a data de vencimento dos títulos, bem como as condições de negócio de cada recebível, como negociações efetuadas com os clientes e a possibilidade de realização de cada recebível. De forma geral, a Companhia e suas controladas recebem antecipadamente cerca de 50% dos serviços que serão prestados, além de negociarem um prazo médio de 10 dias para o valor remanescente dos serviços prestados, o que reduz significativamente o risco de perdas. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da provisão para perda esperada para risco de crédito sobre as contas a receber da Companhia e de suas controladas. A provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis.

Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	(169)	(140)	(895)	(816)
(Provisão) reversão de provisão	(99)	(29)	342	(79)
Saldo no final do exercício	(268)	(169)	(553)	(895)

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS e COFINS (i)	8.778	1.071	8.778	1.071
IRPJ e CSLL (ii)	4.624	1.451	6.597	2.825
INSS parte empresa (iii)	904	3.947	904	3.947
FUNDAF (iv)	660	784	1.951	7.699
Outros	-	405	-	435
	14.966	7.658	18.230	15.977
Circulante	11.648	2.927	12.262	2.957
Não circulante	3.318	4.731	5.968	13.020

- (i) Refere-se a créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados, principalmente, nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado (Lei 11.488/2007), que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação vigente.
- (ii) Refere-se aos impostos retidos na fonte incidentes sobre aplicações financeiras resgatadas e prestação de serviços.
- (iii) Refere-se a créditos originados de ação judicial transitado em julgado, apurados sobre mão de obra própria e avulsa, que foram compensados a partir de 2022 com outros impostos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB).
- (iv) Refere-se ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF), considerado inconstitucional pela Jurisprudência. Os valores pagos em exercícios anteriores, cuja jurisprudência já está pacificada no STF, e iniciaram sua compensação no segundo semestre de 2020, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB).

12 Imposto de renda e contribuição social

(i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Adicionalmente, a Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e acionistas, a Companhia e suas controladas registraram imposto de renda e contribuição social diferidos.

O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial individual e consolidado, conforme apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo (passivo) não circulante				
Prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social	14.075	12.315	20.781	20.051
(-) IRPJ/CSLL diferidos s/ juros capitalizados (i)	(15.883)	-	(16.441)	-
(-) IRPJ/CSLL diferidos s/ outras diferenças temporárias	(1.711)	-	(1.711)	-
Amortização de mais valia	-	-	4.949	3.756
(Passivo) ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.519)	12.315	7.578	23.807

As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas estão respaldadas em projeções de rentabilidade futura da Companhia e suas controladas, aprovadas pela Administração.

(ii) Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado do exercício antes dos impostos	172.525	93.447	183.224	97.067
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(58.658)	(31.772)	(62.296)	(33.003)
Adições e exclusões e outros				
Resultado de equivalência patrimonial	45.929	33.093	38.878	30.084
IRPJ/CSLL diferidos s/ juros capitalizados (i)	(15.883)	-	(16.108)	(333)
Exclusões de juros capitalizados (ii)	3.652	5.701	3.878	6.034
IRPJ/CSLL diferidos s/ outras diferenças temporárias	(1.711)	(201)	(1.711)	(201)
Exclusões (adições) permanentes	7.164	292	7.081	840
Outros	24	24	96	96
	(19.483)	7.137	(30.182)	3.517
Imposto de renda e contribuição social no resultado:				
Corrente	(3.649)	-	(13.953)	(7.670)
Diferido	(15.834)	7.137	(16.229)	11.187
Alíquota efetiva	(11,2%)	7,6%	(16,4%)	3,6%

(i) Refere-se ao impacto do reconhecimento do IRPJ/CSLL sobre os juros capitalizados sobre obras em andamento (expansão e novas esteiras GIMPO) e concluídas (GEXPO 2), nos termos do CPC 20 (vide Nota Explicativa 14).

(ii) Exclusões da base de cálculo do IRPJ/CSLL dos juros capitalizados nos termos do Art. 409 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99).

As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, estão respaldadas em projeções de rentabilidade da Companhia e de suas controladas, aprovadas pela Administração, a saber:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
2023	5.105	6.482
2024	5.105	6.482
2025	3.865	5.063
2026	-	1.377
2027	-	1.377
	14.075	20.781

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e suas controladas foram baseados nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas.

13 Investimentos

(i) Composição dos saldos da controladora

	2022	2021
Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas (equivalência patrimonial)		
Rio Bacacheri Participações S.A.	57.576	49.852
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	1	1
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	25.802	30.229
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	155.124	137.802
Ágio - aquisição Cattalini (i)	129.664	129.664
Mais valia - aquisição Cattalini (ii)	166.336	166.336
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição Cattalini (ii)	(89.312)	(86.165)
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	5	5
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	924	789
Sul Trading Ltda.	8	8
	446.128	428.521

(ii) Composição dos saldos do consolidado

	2022	2021
Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas		
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	155.124	137.802
Ágio - aquisição Cattalini (i)	129.664	129.664
Mais valia - aquisição Cattalini (ii)	166.336	166.336
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição Cattalini (ii)	(89.312)	(86.165)
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	5	5
Companhia Operadora Portuária do Itaquí-COPI	110.102	69.106
Ágio - aquisição COPI (iii)	7.867	7.867
Mais valia - aquisição COPI (iv)	8.324	8.324
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição COPI (iv)	(2.442)	(1.865)
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	924	789
Sul Trading Ltda.	8	8
	486.600	431.871

- (i) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 50% da Cattalini Terminais Marítimos S.A., em dezembro de 2011.

- (ii) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, instalações e terrenos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) e sua respectiva amortização, reconhecidos como resultado da aquisição de 50% da Cattalini Terminais Marítimos S.A., em dezembro de 2011.
- (iii) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 50% da Companhia Operadora Portuária de Itaqui-COPI, em agosto de 2015 (25%) e primeiro semestre de 2018 (25%).
- (iv) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, instalações e terrenos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) e sua respectiva amortização, reconhecidos como resultado da aquisição de 50% da Companhia Operadora Portuária de Itaqui-COPI, em agosto de 2015 (25%) e primeiro semestre de 2018.

(iii) Informações das controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

	Rio Bacacheri	
	2022	2021
Ativos circulantes	108	210
Ativos não circulantes	103.572	91.064
Passivos circulantes	24.186	20.863
Passivos não circulantes	21.918	20.559
Receitas do exercício	10.948	35.937
Custos e despesas do exercício	(339)	(26.292)
Resultado da investida no exercício	10.609	9.645
Capital social	18.054	18.054
Quantidade de quotas possuídas	18.053.643	18.053.643
Patrimônio líquido	57.576	49.852
Participação no capital social no final do exercício	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	57.576	49.852
	Rocha Granéis (i)	
	2022	2021
Ativos circulantes	1	1
Capital social	1	1
Quantidade de quotas possuídas	250.000	250.000
Patrimônio líquido	1	1
Participação no capital social no final do exercício	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	1	1
	Porto Seco	
	2022	2021
Ativos circulantes	10.043	7.202
Ativos não circulantes	43.251	48.955
Passivos circulantes	12.154	12.300
Passivos não circulantes	15.338	13.628
Receitas do exercício	109.286	79.355
Custos e despesas do exercício	(87.713)	(74.977)
Resultado da investida no exercício	21.573	4.378
Capital social	1.500	1.500
Quantidade de quotas possuídas	1.499.998	1.499.998
Patrimônio líquido	25.802	30.229
Participação no capital social no final do exercício	99,99%	99,99%
Participação no patrimônio líquido	25.802	30.229

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021

	Rocha RS	
	2022	2021
Ativos circulantes	7.828	34.349
Ativos não circulantes	167.591	116.553
Passivos circulantes	23.693	21.253
Passivos não circulantes	105.923	97.393
Receitas do exercício	67.321	76.641
Custos e despesas do exercício	(53.441)	(58.281)
Resultado da investida no exercício	13.880	18.360
Capital social	2.895	2.895
Quantidade de quotas possuídas	2.895.000	2.895.000
Patrimônio líquido	45.803	32.256
Participação no capital social no final do exercício	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	45.803	32.256
	TLP Terminais (i)	
	2022	2021
Ativos circulantes	10	10
Capital social	10	10
Quantidade de quotas possuídas	5.000	5.000
Patrimônio líquido	10	10
Participação no capital social no final do exercício	50,00%	50,00%
Participação no patrimônio líquido	5	5
	Fullport8	
	2022	2021
Ativos circulantes	7.095	10.112
Ativos não circulantes	2.401	2.848
Passivos circulantes	6.236	10.174
Passivos não circulantes	-	-
Receitas do exercício	135.887	121.004
Custos e despesas do exercício	(122.261)	(114.353)
Resultado da investida no exercício	13.626	6.651
Capital social	250	250
Quantidade de quotas possuídas	70.825	70.825
Patrimônio líquido	3.260	2.786
Participação no capital social no final do exercício	28,33%	28,33%
Participação no patrimônio líquido	924	789
	Sul Trading	
	2022	2021
Ativos circulantes	1.932	1.932
Ativos não circulantes	47	47
Passivos circulantes	383	383
Receitas do exercício	60	60
Custos e despesas do exercício	(36)	(36)
Resultado da investida no exercício	24	24
Capital social	1.000	1.000
Quantidade de quotas possuídas	5.000	5.000
Patrimônio líquido	1.596	1.596
Participação no capital social no final do exercício	0,50%	0,50%
Participação no patrimônio líquido	8	8

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021

	COPI Consolidado	
	2022	2021
Ativos circulantes	15.317	39.149
Ativos não circulantes	372.642	229.338
Passivos circulantes	39.609	49.285
Passivos não circulantes	128.146	82.859
Receitas do exercício	141.877	111.634
Custos e despesas do exercício	(118.500)	(101.432)
Resultado da investida no exercício	23.377	10.202
Capital social	167.742	104.742
Quantidade de quotas possuídas	83.871.172	52.371.172
Patrimônio líquido	220.203	138.212
Participação no capital social no final do exercício	50,00%	50,00%
Participação no patrimônio líquido	110.102	69.106

	Cattalini	
	2022	2021
Ativos circulantes	76.190	118.019
Caixa e equivalente de caixa	43.379	88.497
Contas a receber de clientes	27.166	24.094
Estoques	1.980	1.789
Impostos a recuperar	2.364	2.026
Outros ativos circulantes	1.301	1.613
Ativos não circulantes	504.906	466.691
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	231
Depósitos judiciais	2.975	2.460
Outros ativos não circulantes	-	-
Investimentos	23.529	343
Imobilizado	477.267	463.552
Intangível	1.135	105
Passivos circulantes	97.191	104.899
Fornecedores	10.373	7.087
Empréstimos e financiamentos	60.002	57.752
Impostos e contribuições a recolher	15.197	12.798
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11.011	9.355
Outras contas a pagar	608	17.907
Dividendos a pagar	-	-
Passivos não circulantes	173.656	204.209
Empréstimos e financiamentos	147.506	200.169
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.363	4.040
Outras contas a pagar	23.062	-
Provisão para contingências	725	-
Patrimônio líquido - controladores	310.249	275.602
Patrimônio líquido – não controladores	17	15
Receitas líquidas do exercício	469.115	412.782
Custos dos serviços prestados	(105.934)	(102.645)
Lucro bruto	363.181	310.137
Despesas administrativas	(32.576)	(24.969)
Equivalência patrimonial	(858)	(1.591)
Resultado antes das despesas financeiras	329.747	283.577
Resultado financeiro líquido	(18.592)	(9.585)
Resultado antes dos impostos	311.155	273.992
Imposto de renda e contribuição social	(106.106)	(93.920)
Resultado da investida no exercício	205.049	180.072

Depreciação e amortização	(27.534)	(25.734)
Capital social	53.701	53.701
Quantidade de quotas possuídas	26.850.591	26.850.591
Participação no capital social no final do exercício	50,00%	50,00%
Participação no patrimônio líquido	155.124	137.801

(i) Em 2022 e 2021, as respectivas entidades não possuíam atividade operacional

(iv) Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora							
	Rio Bacacheri	Rocha Granéis	Porto Seco	Cattalini Terminais	TLP Terminais	Fullport8 Operações	Sul Trading	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	33.410	1	25.851	340.313	5	920	8	400.508
Reversão de dividendos	6.797	-	-	-	-	-	-	6.797
Dividendos recebidos (ii)	-	-	-	(74.100)	-	(1.789)	-	(75.889)
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	(226)	-	(226)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	9.645	-	4.378	81.424	-	1.884	-	97.331
Saldo em 31 de dezembro de 2021	49.852	1	30.229	347.637	5	789	8	428.521
Dividendos recebidos (ii)	-	-	(26.000)	(85.200)	-	(3.559)	-	(114.759)
Dividendos a receber	(2.552)	-	-	-	-	(167)	-	(2.719)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	10.276	-	21.573	99.375	-	3.861	-	135.085
Saldo em 31 de dezembro de 2022	57.576	1	25.802	361.812	5	924	8	446.128

	Consolidado					
	Cattalini Terminais	TLP Terminais	COPI	Fullport8 Operações	Sul Trading	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	340.313	5	41.683	920	8	382.929
Reversão de dividendos	-	-	574	-	-	574
Dividendos recebidos (ii)	(74.100)	-	-	(1.789)	-	(75.889)
Dividendos a receber	-	-	-	(226)	-	(226)
Aumento de capital	-	-	36.000	-	-	36.000
Resultado de equivalência patrimonial (i)	81.424	-	5.175	1.884	-	88.483
Saldo em 31 de dezembro de 2021	347.637	5	83.432	789	8	431.871
Dividendos recebidos (ii)	(85.200)	-	-	(3.559)	-	(88.759)
Dividendos a receber	-	-	(2.193)	(167)	-	(2.360)
Aumento de capital	-	-	31.500	-	-	31.500
Resultado de equivalência patrimonial (i)	99.375	-	11.112	3.861	-	114.348
Saldo em 31 de dezembro de 2022	361.812	5	123.851	924	8	486.600

- (i) A Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras a equivalência patrimonial de seus investimentos com a redução da parcela correspondente a cada amortização da mais valia auferida no desdobramento do preço de aquisição de seus investimentos. Em 2022 na Controladora o valor apresentado para Rio Bacacheri está ajustado por R\$ 333 relativos à 2021
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu, a título de dividendos, o montante de R\$ 114.985 (individual) e R\$ 88.985 (consolidado), conforme apresentado na demonstração do fluxo de caixa. Tais valores estão acrescidos do saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 registrado no ativo no montante de R\$ 226. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia recebeu a título de dividendos o montante de R\$ 109.228 (individual e consolidado), composto por: R\$ 33.339 do saldo de dividendos a receber em 31 de dezembro de 2020, após a reversão de R\$ 6.797 no individual e R\$ 574 no consolidado; e (ii) R\$ 75.889 destacados e pagos pelas investidas à Companhia durante o exercício de 2021, restando um saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 registrado no ativo no montante de R\$ 226 (individual e consolidado).

14 Imobilizado

(i) Composição do saldo (controladora)

	2022		2021	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis locados (i)	526.019	(102.594)	423.425	294.035
Edificações e benfeitorias	76.647	(24.966)	51.681	48.124
Equipamentos e guindastes	240.557	(119.155)	121.402	105.590
Terrenos	31.006	-	31.006	31.006
Outros ativos	22.846	(15.107)	7.739	7.709
Imobilizações em andamento	122.331	-	122.331	192.838
	<u>1.019.406</u>	<u>(261.822)</u>	<u>757.584</u>	<u>679.302</u>

(ii) Movimentação do custo (controladora)

	Saldo em	Movimentação em 2021			Saldo em
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
	Custo				Custo
Benfeitorias em imóveis locados (i)	375.619	1.360	-	-	376.979
Edificações e benfeitorias	67.167	2.134	-	1.566	70.867
Equipamentos e guindastes	199.036	7.341	(113)	-	206.264
Terrenos (ii)	6	31.000	-	-	31.006
Outros ativos	19.142	2.502	(1.063)	60	20.641
Imobilizações em andamento	35.359	165.858	(6.514)	(1.865)	192.838
	<u>696.329</u>	<u>210.195</u>	<u>(7.690)</u>	<u>(239)</u>	<u>898.595</u>

	Saldo em	Movimentação em 2022			Saldo em
	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
	Custo			(iii)	Custo
Benfeitorias em imóveis locados (i)	376.979	8.699	-	140.341	526.019
Edificações e benfeitorias	70.867	5.785	(5)	-	76.647
Equipamentos e guindastes	206.264	10.316	(490)	24.467	240.557
Terrenos	31.006	-	-	-	31.006
Outros ativos	20.641	1.760	(193)	638	22.846
Imobilizações em andamento	192.838	109.731	(756)	(179.482)	122.331
	<u>898.595</u>	<u>136.291</u>	<u>(1.444)</u>	<u>(14.036)</u>	<u>1.019.406</u>

(iii) Movimentação da depreciação (controladora)

	Saldo em 31/12/2020	Movimentação em 2021			Saldo em 31/12/2021
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Benfeitorias em imóveis locados (i)	(67.666)	(15.278)	-	-	(82.944)
Edificações e benfeitorias	(20.684)	(2.059)	-	-	(22.743)
Equipamentos e guindastes	(83.013)	(17.677)	16	-	(100.674)
Outros ativos	(11.184)	(2.081)	333	-	(12.932)
Imobilizações em andamento	(581)	-	581	-	-
	<u>(183.128)</u>	<u>(37.095)</u>	<u>930</u>	<u>-</u>	<u>(219.293)</u>
	Saldo em 31/12/2021	Movimentação em 2022			Saldo em 31/12/2022
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Benfeitorias em imóveis locados (i)	(82.944)	(19.650)	-	-	(102.594)
Edificações e benfeitorias	(22.743)	(2.224)	1	-	(24.966)
Equipamentos e guindastes	(100.674)	(18.501)	20	-	(119.155)
Outros ativos	(12.932)	(2.244)	69	-	(15.107)
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	-
	<u>(219.293)</u>	<u>(42.619)</u>	<u>90</u>	<u>-</u>	<u>(261.822)</u>

(iv) Composição do saldo (consolidado)

	2022			2021
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis locados (i)	550.474	(115.044)	435.430	305.413
Edificações e benfeitorias	86.213	(25.670)	60.543	54.402
Equipamentos e guindastes	297.650	(158.047)	139.603	123.432
Terrenos	44.408	-	44.408	44.408
Outros ativos	27.543	(18.184)	9.359	9.003
Mais valia Rocha RS	7.042	(3.492)	3.550	3.691
Imobilizações em andamento	126.871	-	126.871	195.928
	<u>1.140.201</u>	<u>(320.437)</u>	<u>819.764</u>	<u>736.277</u>

(v) Movimentação do custo (consolidado)

	Saldo em	Movimentação em 2021			Saldo em
	31/12/2020	Adições (ii)	Baixas	Transferências	31/12/2021
	Custo				Custo
Benfeitorias em imóveis locados (i)	397.769	2.042	-	(45)	399.766
Edificações e benfeitorias	67.167	8.600	-	1.611	77.378
Equipamentos e guindastes	244.488	15.027	(1.333)	1.485	259.667
Terrenos (ii)	6	44.402	-	-	44.408
Outros ativos	22.823	3.147	(1.063)	60	24.967
Mais valia Rocha RS	7.042	-	-	-	7.042
Imobilizações em andamento	36.620	169.195	(6.537)	(3.350)	195.928
	<u>775.915</u>	<u>242.413</u>	<u>(8.933)</u>	<u>(239)</u>	<u>1.009.156</u>

	Saldo em	Movimentação em 2022			Saldo em
	31/12/2021	Adições (ii)	Baixas	Transferências (iii)	31/12/2022
	Custo				Custo
Benfeitorias em imóveis locados (i)	399.766	10.367	-	140.341	550.474
Edificações e benfeitorias	77.378	8.840	(5)	-	86.213
Equipamentos e guindastes	259.667	17.324	(5.417)	26.076	297.650
Terrenos (ii)	44.408	-	-	-	44.408
Outros ativos	24.967	2.586	(648)	638	27.543
Mais valia Rocha RS	7.042	-	-	-	7.042
Imobilizações em andamento	195.928	112.790	(756)	(181.091)	126.871
	<u>1.009.156</u>	<u>151.907</u>	<u>(6.826)</u>	<u>(14.036)</u>	<u>1.140.201</u>

(vi) Movimentação da depreciação (consolidado)

	Saldo em	Movimentação em 2021			Saldo em
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
	Depreciação				Depreciação
Benfeitorias em imóveis locados (i)	(78.088)	(16.265)	-	-	(94.353)
Edificações e benfeitorias	(20.684)	(2.292)	-	-	(22.976)
Equipamentos e guindastes	(115.861)	(21.445)	1.063	8	(136.235)
Outros ativos	(13.885)	(2.412)	333	-	(15.964)
Mais valia Rocha RS	(3.210)	(141)	-	-	(3.351)
Imobilizações em andamento	(757)	-	765	(8)	-
	<u>(232.485)</u>	<u>(42.555)</u>	<u>2.161</u>	<u>-</u>	<u>(272.879)</u>

	Saldo em	Movimentação em 2022			Saldo em	
	31/12/2021	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Benfeitorias em imóveis locados (i)	(94.353)	(20.691)	-	-	-	(115.044)
Edificações e benfeitorias	(22.976)	(2.695)	1	-	-	(25.670)
Equipamentos e guindastes	(136.235)	(23.216)	1.404	-	-	(158.047)
Outros ativos	(15.964)	(2.629)	409	-	-	(18.184)
Mais valia Rocha RS	(3.351)	(141)	-	-	-	(3.492)
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	-	-
	<u>(272.879)</u>	<u>(49.372)</u>	<u>1.814</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(320.437)</u>

- (i) Referem-se a benfeitorias efetuadas nos imóveis locados da Superagui, vide Notas Explicativas 17 e 20.
- (ii) Referem-se a aquisição de uma área pela Companhia em Paranaguá/PR no valor de R\$ 31.000 para a construção de um novo armazém de granéis com recursos captados conforme N.E. 18 i.x e ainda, no Consolidado refere-se a aquisição de uma área pela Controlada Rocha RS em Rio Grande/RS no valor de R\$ 13.402 também para armazenagem de granéis com recursos captados conforme N.E. 18 i.xii.
- (iii) Refere-se a créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS/COFINS, apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado (Lei 11.488/2007), que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pelo legislação vigente e apresentado na Nota Explicativa 11.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Garantias

Existem bens dados em garantias, em operações de Nota de Crédito de Exportação (NCE), cuja garantia para tais operações são os próprios bens. Há ainda, benfeitorias e imóveis dados em garantia para as operações de empréstimos e financiamentos realizadas nas modalidades NCE e GEXPO (veja nota explicativa 18).

Imobilizado em andamento

O Grupo possui ativos em construção, sendo que os custos incorridos até 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 122.331 na controladora e R\$ 126.871 no consolidado (em 2021: R\$ 192.838 e R\$ 195.928, respectivamente). Incluídos neste valor estão capitalizados custos de empréstimos relacionados à contratação de financiamentos para custeio dos novos ativos de R\$ 16.525 na controladora e consolidado (R\$ 18.905 em 2021 na controladora e R\$ 19.884 no consolidado), calculados utilizando uma taxa de capitalização de 13,6% ao ano em 2022 (10,1% em 2021).

15 Intangível

(i) Composição do saldo (controladora)

	2022			2021
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
<i>Softwares</i>	16.045	(11.178)	4.867	4.269
Outros intangíveis	200	(4)	196	197
	<u>16.245</u>	<u>(11.182)</u>	<u>5.063</u>	<u>4.466</u>

(ii) Movimentação do custo (controladora)

	Saldo em 31/12/2020	Movimentação em 2021			Saldo em 31/12/2021
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
<i>Softwares</i>	12.176	1.505	-	239	13.920
Outros intangíveis	185	15	-	-	200
	<u>12.361</u>	<u>1.520</u>	<u>-</u>	<u>239</u>	<u>14.120</u>

	Saldo em 31/12/2021	Movimentação em 2022			Saldo em 31/12/2022
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
<i>Softwares</i>	13.920	2.125	-	-	16.045
Outros intangíveis	200	-	-	-	200
	<u>14.120</u>	<u>2.125</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.245</u>

(iii) Movimentação da amortização (controladora)

	Saldo em 31/12/2020	Movimentação em 2021			Saldo em 31/12/2021
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências	Amortização
<i>Softwares</i>	(8.354)	(1.297)	-	-	(9.651)
Outros intangíveis	(2)	(1)	-	-	(3)
	<u>(8.356)</u>	<u>(1.298)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.654)</u>

	Saldo em 31/12/2021	Movimentação em 2022			Saldo em 31/12/2022
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências	Amortização
<i>Softwares</i>	(9.651)	(1.527)	-	-	(11.178)
Outros intangíveis	(3)	(1)	-	-	(4)
	<u>(9.654)</u>	<u>(1.528)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.182)</u>

(iv) Composição do saldo (consolidado)

	2022		2021	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
<i>Softwares</i>	20.581	(15.256)	5.325	4.633
Outros intangíveis	1.265	(702)	563	609
Ágio na aquisição de investimentos (i)	14.698	-	14.698	14.698
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	35.781	(8.623)	27.158	29.950
	<u>72.325</u>	<u>(24.581)</u>	<u>47.744</u>	<u>49.890</u>

(v) Movimentação do custo (consolidado)

	Saldo em 31/12/2020	Movimentação em 2021			Saldo em 31/12/2021
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
<i>Softwares</i>	16.257	1.693	-	239	18.189
Outros intangíveis	1.244	15	-	-	1.259
Ágio na aquisição de investimentos (i)	14.698	-	-	-	14.698
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	35.781	-	-	-	35.781
	<u>67.980</u>	<u>1.708</u>	<u>-</u>	<u>239</u>	<u>69.927</u>

	Saldo em 31/12/2021	Movimentação em 2022			Saldo em 31/12/2022
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
<i>Softwares</i>	18.189	2.402	(10)	-	20.581
Outros intangíveis	1.259	6	-	-	1.265
Ágio na aquisição de investimentos (i)	14.698	-	-	-	14.698
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	35.781	-	-	-	35.781
	<u>69.927</u>	<u>2.408</u>	<u>(10)</u>	<u>-</u>	<u>72.325</u>

- (i) Refere-se ao ágio/mais valia decorrentes da aquisição de 100% da controlada Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A conforme nota explicativa 2. Os referidos valores do ágio/mais valia baseiam-se na expectativa de rentabilidade futura das operações

adquiridas e economias de escala que se esperava obter por meio das combinações das operações, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

(vi) Movimentação da amortização (consolidado)

	Saldo em	Movimentação em 2021			Saldo em
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
<i>Softwares</i>	(12.073)	(1.483)	-	-	(13.556)
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária	(2.916)	(2.915)	-	-	(5.831)
Outros intangíveis	(598)	(52)	-	-	(650)
	<u>(15.587)</u>	<u>(4.450)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(20.037)</u>
	Saldo em	Movimentação em 2022			Saldo em
	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
<i>Softwares</i>	(13.556)	(1.710)	10	-	(15.256)
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária	(5.831)	(2.792)	-	-	(8.623)
Outros intangíveis	(650)	(52)	-	-	(702)
	<u>(20.037)</u>	<u>(4.554)</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>(24.581)</u>

Ativos com vida útil definida

O Grupo avalia anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas testes detalhados de recuperabilidade (*impairment*) para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços não foram identificados indicadores ou fatores de que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis.

Ativos com vida útil indefinida

Os ativos com vida útil indefinida do Grupo são formados pelos ágios pagos em combinações de negócios. Esses ativos são submetidos a testes de recuperabilidade (*impairment*) anualmente, independentemente de haver ou não indicadores de riscos presentes.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

Os ágios mantidos pelo Grupo estão abaixo resumidos:

Negócio adquirido	2022	2021
Cattalini (Nota Explicativa 13)	129.664	129.664
Rocha RS (Nota Explicativa 15 e Nota Explicativa 22.c)	51.874	51.874
COPI (Nota Explicativa 13)	7.867	7.867
	<u>189.405</u>	<u>189.405</u>

Com base nos testes conduzidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Administração concluiu que o valor desses ativos será recuperado por montante superior ao valor contábil registrado na data do balanço, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para perda por realização para os ágios registrados.

Os testes foram realizados com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, visando apurar o valor em uso para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) às quais o ágio está alocado. Unidade Geradora de Caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Cada negócio adquirido representa uma Unidade Geradora de Caixa.

As projeções de caixa foram realizadas para um horizonte de 5 anos e posteriormente perpetuadas. O primeiro ano do fluxo projetado está de acordo com o orçamento detalhado da Administração para cada controlada, a qual é considerada a Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins do teste de recuperabilidade. Para os próximos anos foram adotadas premissas de crescimento baseadas nas diretrizes de negócios da Administração utilizando uma taxa de crescimento de 3,5%. A taxa de crescimento nominal média para o período de projeção foi de 8,5% e de descontos antes dos impostos foi de 12,9%.

16 Fornecedores e outras contas a pagar

a. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores nacionais (i)	29.540	27.361	36.824	32.247
Partes relacionadas (veja nota explicativa nº 20)	1.271	2.361	897	647
	30.811	29.722	37.721	32.894
Circulante	30.730	28.396	37.721	32.894
Não circulante	81	1.326	-	-

- (i) Refere-se, principalmente, a gastos decorrentes da contratação de serviços, OGMO, tarifas portuárias, fretes, locações de equipamentos, combustíveis, serviços e peças para manutenção e reforma de máquinas e equipamentos, contratação de mão de obra para realizar operações nos armazéns, entre outros.

b. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a pagar por aquisição de ações (i)	-	-	21.330	41.118
Contas a pagar por aquisição de imóvel (ii)	-	-	3.412	9.000
Outras contas a pagar (iii)	56.023	49.118	56.023	49.118
	56.023	49.118	80.765	99.236
Circulante	-	-	24.742	29.559
Não circulante	56.023	49.118	56.023	69.677

- (i) Refere-se, substancialmente, em 2022 ao saldo remanescente do valor parcelado na aquisição de 40% das ações da controlada Rocha RS. O saldo remanescente compreende a 4ª e última parcela fixa no montante de R\$ 13.750, indexadas ao IGPM, com vencimentos em outubro de 2023. Em 2022 a 3ª parcela, nos termos do contrato de compra e venda de 40% das ações da controlada Rocha RS, foi paga em *Escrow Account*.
- (ii) Refere-se ao saldo a pagar relativo à aquisição de armazém pela controlada Rocha RS no município de Rio Grande/RS, ocorrida no primeiro semestre de 2021 a ser liquidada no 1º semestre de 2023.
- (iii) Refere-se a discussão judicial com a APPA - Associação de Portos de Paranaguá e Antonina, onde a Companhia foi beneficiada por ação coletiva movida pelo Sindicato dos Operadores Portuários- SINDOP, a qual visa a decretação da inconstitucionalidade e ilegalidade dos reajustes das tarifas portuárias que passaram a ser cobradas dos operadores portuários do Estado do Paraná, com base na Portaria 282/2001 do Ministério dos Transportes e na ordem de serviço nº 273/2001. Os valores controversos estão sendo depositados em juízo conforme demonstrado na Nota Explicativa 21.

17 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

Os saldos de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento apresentaram as seguintes movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Movimentação em 2022				Saldo em 31/12/2022
		Amortizações	Adições (ii)	Juros	Transferências	
Ativo - Direito de uso - Arrendamento	106.356	(20.186)	41.656	-	-	127.826
Passivo circulante – Arrendamento mercantil (i)	(31.642)	25.595	(5.569)	(6.430)	(11.529)	(29.575)
Passivo não circulante – Arrendamento mercantil	(86.228)	-	(36.087)	-	11.529	(110.786)
Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Movimentação em 2022				Saldo em 31/12/2022
		Amortizações	Adições (ii)	Juros	Transferências	
Ativo - Direito de uso - Arrendamento	123.190	(29.114)	58.850	-	-	152.926
Passivo circulante – Arrendamento mercantil (i)	(37.665)	35.362	(10.976)	(7.597)	(17.834)	(38.710)
Passivo não circulante – Arrendamento mercantil	(98.641)	-	(47.874)	-	17.834	(128.681)
Controladora	Saldo em 31/12/2020	Movimentação em 2021				Saldo em 31/12/2021
		Amortizações	Adições (ii)	Juros	Transferências	
Ativo - Direito de uso - Arrendamento	79.437	(22.316)	49.235	-	-	106.356
Passivo circulante – Arrendamento mercantil (i)	(17.624)	22.316	(8.542)	(4.391)	(23.401)	(31.642)
Passivo não circulante – Arrendamento mercantil	(68.936)	-	(40.693)	-	23.401	(86.228)
Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Movimentação em 2021				Saldo em 31/12/2021
		Amortizações	Adições (ii)	Juros	Transferências	
Ativo - Direito de uso - Arrendamento	90.951	(27.143)	59.382	-	-	123.190
Passivo circulante – Arrendamento mercantil (i)	(19.805)	27.143	(11.717)	(5.056)	(28.230)	(37.665)
Passivo não circulante – Arrendamento mercantil	(79.206)	-	(47.665)	-	28.230	(98.641)

(i) Em 31 de dezembro de 2022, na Controladora, os valores alocados como Passivo de arrendamento mercantil (circulante) estão compostos por R\$ 16.198 locação de imóveis operacionais (R\$ 11.875 em 2021); R\$ 6.264 juros futuros (R\$ 11.514 em 2021); e R\$ 7.113 referentes à locações de ativos fixos e máquinas/equipamentos (R\$ 8.253 em 2021). No Consolidado, estão compostos por R\$ 18.097 de locação de imóveis operacionais (R\$ 13.572 em 2021); R\$ 7.258 juros futuros (R\$ 13.117 em 2021); R\$ 13.355 referentes à locações de ativos fixos e máquinas/equipamentos (R\$ 10.976 em 2021).

(ii) Houve adição de 02 contratos em 2022 (havia 23 contratos em 2021). Os demais valores adicionados em 2022 e 2021 são relativos as atualizações contratuais previamente definidas nos contratos vigentes, conforme requerido pelo CPC 06.

18 Empréstimos e financiamentos

(i) Composição do saldo

Moeda	Natureza	Taxa efetiva	Início	Vencimento	Controladora		Consolidado	
					2022	2021	2022	2021
Real	NCE Rocha RS (i)	CDI + 1,79% a.a.	23/04/2019	14/03/2023	-	-	1.948	5.766
Real	NCE GEXPO (ii)	CDI + 2,93% a.a.	04/10/2016	05/09/2022	-	5.000	-	5.000
Real	NCE GEXPO (iii)	CDI + 1,71% a.a.	04/07/2019	05/07/2027	22.417	26.000	22.417	26.000
Real	BNDDES - GEXPO (iv)	TJLP + 3,5% a.a.	15/12/2017	15/12/2026	48.638	59.424	48.638	59.424
Real	K Giro-GEXPO 2 (v)	CDI + 3,27% a.a.	30/09/2020	16/09/2030	153.789	152.851	153.789	152.851
Real	K Giro-GIMPO MHC (vi)	CDI + 2,97% a.a.	23/04/2020	01/10/2025	-	-	3.155	3.991
Real	NCE-GIMPO MHC (vii)	CDI + 2,39% a.a.	14/04/2021	15/04/2026	13.078	16.800	13.078	16.800
Real	NCE-GIMPO AZ (viii)	CDI + 2,72% a.a.	30/04/2021	30/04/2031	32.192	32.150	32.192	32.150
Real	NCE Bradesco (ix)	CDI + 2,18% a.a.	24/05/2021	24/05/2024	342	585	342	585
Real	NCE-GIMPO AZ (x)	CDI + 2,72% a.a.	20/05/2021	20/05/2031	-	-	20.265	20.186
Real	NCE-GIMPO TIPA (xi)	CDI + 2,55% a.a.	28/07/2021	28/07/2031	-	-	72.176	70.246
Real	K Giro-GIMPO Esteiras (xii)	CDI + 2,99% a.a.	11/06/2022	13/05/2030	42.625	-	42.625	-
Real	NCE-GIMPO Novo AZ (xiii)	CDI + 2,58% a.a.	12/09/2022	12/06/2034	128.074	-	128.074	-
					441.155	292.810	538.699	392.999
Circulante					69.636	44.200	78.889	51.952
Não circulante					371.519	248.610	459.810	341.047

- (i) Em abril de 2019, a controlada Rocha RS captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 15.000, com amortização em 8 parcelas semestrais, vencendo a primeira em outubro de 2020, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 1,79% a.a..
- (ii) Em outubro de 2016, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 30.000, com amortização em 18 parcelas trimestrais, vencendo a primeira em junho de 2018, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,93% a.a.
- (iii) Em julho de 2019, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 25.000, com amortização em 12 parcelas semestrais, vencendo a primeira em janeiro de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 1,71% a.a..
- (iv) Em abril de 2018, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a complementação do financiamento para construção do Complexo para a Exportação de Grãos GEXPO de Paranaguá/PR, cujo montante total captado foi de R\$ 90.000, com amortização a partir de dezembro de 2018 terminando em dezembro de 2026, sendo que, os encargos durante o período da carência foram pagos trimestralmente, após o período de carência os encargos são pagos mensalmente.
- (v) Em setembro de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Linha de Capital de Giro junto ao Banco Itaú, cujo montante total captado foi de R\$ 145.000, com amortização em 17 parcelas semestrais, vencendo a primeira em setembro de 2022, sendo 50% atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 3,27% a.a. e 50% atualizável pela variação do IPCA acrescido do spread de 5,99% a.a. através de Swap com o Banco Itaú (vide nota explicativa 26).

- (vi) Em abril de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Cédula de Crédito Bancário com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 18.000, com amortização única em abril de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,7952% a.a. Em julho de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Cédula de Crédito Bancário com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 1.742, com amortização em 12 parcelas mensais, vencendo a primeira em setembro de 2020, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,7521% a.a. Em outubro de 2020 a controlada Rocha RS captou recursos através de uma Linha de Capital de Giro com o Banco Santander, cujo montante total captado foi de R\$ 3.990, com amortização em 43 parcelas mensais, vencendo a primeira em abril de 2022, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,97% a.a..
- (vii) Em abril de 2021, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 18.000, com amortização em 10 parcelas semestrais, vencendo a primeira em outubro de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,39% a.a..
- (viii) Em abril de 2021, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 31.000, com amortização em 16 parcelas semestrais, vencendo a primeira em outubro de 2023, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,72% a.a..
- (ix) Em maio de 2021, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 725, com amortização em 36 parcelas mensais, vencendo a primeira em junho de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,18% a.a..
- (x) Em maio de 2021, a controlada Rocha RS captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 20.000, com amortização em 16 parcelas semestrais, vencendo a primeira em novembro de 2023, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,72% a.a..
- (xi) Em julho de 2021, a controlada Rocha RS captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 67.500, com amortização em 16 parcelas semestrais, vencendo a primeira em janeiro de 2024, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,55% a.a..
- (xii) Em maio de 2022, a Companhia captou recursos através de uma Linha de Capital de Giro junto ao Banco Itaú, no montante de R\$ 42.000, com amortização em 78 parcelas mensais, vencendo a primeira em dezembro de 2023, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,99% a.a..
- (xiii) Em setembro de 2022, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Safra, cujo montante total captado foi de R\$ 120.000, com amortização em 96 parcelas mensais, vencendo a primeira em setembro de 2024, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,58% a.a.

(ii) Movimentação no exercício

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	292.810	303.939	392.999	317.409
Captações	162.000	50.370	162.000	137.870
Juros e correções incorridos - despesas	27.984	9.465	41.204	12.899
Juros e correções incorridos - capitalizados	13.041	296	13.704	296
Juros e correções - provisionados	16.525	18.905	16.525	19.884
Pagamentos de principal	(33.604)	(70.606)	(38.190)	(74.356)
Pagamentos de juros	(37.601)	(19.559)	(49.543)	(21.003)
	441.155	292.810	538.699	392.999
Saldo no final do exercício	441.155	292.810	538.699	392.999

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2023	-	38.846	-	43.085
2024	52.428	40.642	64.479	52.693
2025	54.145	40.541	66.010	52.313
2026	54.145	38.741	65.083	49.679
2027	44.474	25.101	55.411	36.038
2028	41.045	20.934	51.983	31.872
2029	41.045	20.934	51.983	31.871
2030	37.299	20.934	48.236	31.872
2031	14.938	1.937	24.625	11.624
2032	13.000	-	13.000	-
2033	13.000	-	13.000	-
2034	6.000	-	6.000	-
	<u>371.519</u>	<u>248.610</u>	<u>459.810</u>	<u>341.047</u>

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) apurados anualmente ao final de cada exercício social

BNDES GEXPO e NCE SAFRA

A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado (i) dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 3,5x, sendo que para o cálculo da razão Dívida líquida/EBITDA ajustado deverá ser considerado o EBITDA ajustado das Sociedades Investidas que sejam contabilizadas através do método de equivalência patrimonial, no percentual de sua participação societária. No caso de não cumprimento deste indicador, o credor poderá declarar vencimento antecipado. O Grupo precisa de anuência prévia para alteração de controle societário.

(i) EBITDA ajustado: resultado líquido conforme a combinação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas investidas que sejam contabilizadas através do método de equivalência patrimonial, no percentual de sua participação societária, considerando também eventuais resultados proforma das sociedades investidas adquiridas no ano civil, e excluindo: (a) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (b) resultado de participações societárias, calculado pelo método de equivalência patrimonial; (c) receitas e despesas financeiras; (d) receitas e despesas não recorrentes e/ou não operacionais; e (e) depreciação e amortização (incluindo de ágio ou outras). Em caso de sociedades investidas vendidas no último ano civil, esta (s) não deverá (ão) ser considerada (s) na base de cálculo do EBITDA ajustado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia está em conformidade com todas as exigências e cláusulas contratuais restritivas (*covenants*).

Garantias

Na linha BNDES GEXPO há garantia por Carta Fiança emitida pelo Acionista RTP Administração e Participações Ltda. Os contratos de empréstimos firmados na modalidade NCE possuem bens (guindastes e terreno) dados em garantia.

19 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ISS	1.525	884	1.882	1.185
IRPJ e CSLL	276	-	1.104	809
IRRF	725	567	995	711
PIS e COFINS	72	-	884	682
Outros	1.610	346	2.005	535
	4.208	1.797	6.870	3.922

20 Partes relacionadas

(i) Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria estatutária e conselheiros. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 a título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 4.147 (R\$ 4.496 em 2021). A Companhia e suas controladas não concedem ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

(ii) Garantias

Não há garantias prestadas à terceiros. A Companhia presta aval em operações de empréstimos contratadas por suas empresas investidas. O saldo a pagar destas operações em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 72.006 (R\$ 110.069 em 2021).

(iii) Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos e resultado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	Controladora							
	Locação de máquinas (i)		Locação de bens imóveis (ii)		Ativos		Passivos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
RTP Administração e Participações S.A. (iii)	-	-	-	-	108	92	-	-
Rio Barigui Participações S.A.	-	-	-	-	934	857	-	-
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Bacacheri Participações S.A. (iv)	-	-	-	-	24.470	-	107	210
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	-	-	-	-	232	231	-	-
Rocha RS Terminais e Operadores Portuários (iv)	-	-	-	-	8.300	-	-	-
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. (i) e (iv)	614	578	-	-	375	468	267	1.504
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	-	-	-	-	167	226	-	-
Superagui Holding Patrimonial S.A. (v)	-	-	(23.784)	(19.332)	-	-	897	647
	614	578	(23.784)	(19.332)	34.586	1.874	1.271	2.361
Saldos por natureza								
Ativo circulante								
Contas a receber de clientes (iv)	-	-	-	-	375	468	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	-	2.719	226	-	-
Ativo não circulante								
Contas a receber de clientes (iv)	-	-	-	-	1.274	1.180	-	-
Mútuo entre partes relacionadas (iv)	-	-	-	-	30.218	-	-	-
Passivo circulante								

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controladora							
	Locação de máquinas (i)		Locação de bens imóveis (ii)		Ativos		Passivos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Fornecedores (iv)	-	-	-	-	-	-	1.190	1.035
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante								
Fornecedores (iv)	-	-	-	-	-	-	81	1.326
	-	-	-	-	34.586	1.874	1.271	2.361
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-				

21 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões nos montantes apresentados abaixo, que são consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis com ações em curso.

Controladora								
Natureza	Depósitos judiciais			Provisão				
	Saldo em	Depósitos	Resgates	Saldo em	Saldo em	Provisão	Provisão	Saldo em
	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	constituída	revertida	31/12/2021
Cíveis (i)	43.244	5.874	-	49.118	-	282	-	282
Trabalhistas (ii)	91	-	-	91	8	1	-	9
Tributárias	413	-	(413)	-	-	-	-	-
	<u>43.748</u>	<u>5.874</u>	<u>(413)</u>	<u>49.209</u>	<u>8</u>	<u>283</u>	<u>-</u>	<u>291</u>

Controladora								
Natureza	Depósitos judiciais			Provisão				
	Saldo em	Depósitos	Resgates	Saldo em	Saldo em	Provisão	Provisão	Saldo em
	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	constituída	revertida	31/12/2022
Cíveis (i)	49.118	6.906	-	56.024	282	-	(106)	176
Trabalhistas (ii)	91	401	-	492	9	531	-	540
Tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>49.209</u>	<u>7.307</u>	<u>-</u>	<u>56.516</u>	<u>291</u>	<u>531</u>	<u>(106)</u>	<u>716</u>

Consolidado								
Natureza	Depósitos judiciais			Provisão				
	Saldo em	Depósitos	Resgates	Saldo em	Saldo em	Provisão	Provisão	Saldo em
	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	constituída	revertida	31/12/2021
Cíveis (i)	43.244	5.874	-	49.118	1.168	380	-	1.548
Trabalhistas (ii)	93	-	-	93	68	1	-	69
Tributárias	413	-	(413)	-	4.229	615	-	4.844
	<u>43.750</u>	<u>5.874</u>	<u>(413)</u>	<u>49.211</u>	<u>5.465</u>	<u>996</u>	<u>-</u>	<u>6.461</u>

Consolidado								
Natureza	Depósitos judiciais			Provisão				
	Saldo em	Depósitos	Resgates	Saldo em	Saldo em	Provisão	Provisão	Saldo em
	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	constituída	revertida	31/12/2022
Cíveis (i)	49.118	6.906	-	56.024	1.548	347	(106)	1.789
Trabalhistas (ii)	93	401	-	494	69	601	-	670
Tributárias	-	-	-	-	4.844	188	-	5.032
	<u>49.211</u>	<u>7.307</u>	<u>-</u>	<u>56.518</u>	<u>6.461</u>	<u>1.136</u>	<u>(106)</u>	<u>7.491</u>

- (i) Refere-se a discussão judicial com a APPA - Associação de Portos de Paranaguá e Antonina, onde a Companhia foi beneficiada por ação coletiva movida pelo Sindicato dos Operadores Portuários- SINDOP, a qual visa a decretação da inconstitucionalidade e ilegalidade dos reajustes das tarifas portuárias que passaram a ser cobradas dos operadores portuários do Estado do Paraná, com base na Portaria 282/2001 do Ministério dos Transportes e na ordem de serviço nº 273/2001. Os valores controversos estão sendo depositados em juízo. O saldo do contas a pagar devido a APPA é reconhecido em outras contas a pagar no passivo não circulante.

- (ii) Refere-se, principalmente, a reclamações movidas por ex-empregados, cujos pleitos envolvem o pagamento de verbas rescisórias, adicionais e horas extras. Todas as perdas incorridas cujos fatos geradores sejam anteriores aos Acordos de Acionistas firmados entre os Acionistas da Companhia são indenizáveis, respeitando os prazos limites dos Acordos de Investimentos firmados entre os Acionistas.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia e suas controladas são reus em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam para a Controladora R\$ 11.960 e no Consolidado R\$ 13.315 (em 2021 Controladora R\$ 8.876 e Consolidado R\$ 9.627). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é composto de 31.574.044 ações ordinárias sem valor nominal, tendo tais ações sido totalmente integralizadas.

O capital social está distribuído da seguinte forma entre os acionistas:

Acionistas	Participação	Ações	Capital
RTP Administração e Participações Ltda.	41,98%	13.253.848	13.254
Rio Barigui Participações S.A.	40,17%	12.681.971	12.682
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	17,85%	5.638.225	5.638
	<u>100,00%</u>	<u>31.574.044</u>	<u>31.574</u>

b. Reserva de capital

Refere-se, substancialmente, ao ágio na emissão de ações em decorrência da variação entre o preço de emissão e o valor nominal das ações emitidas em 2010, 2011, 2014 e 2015.

c. Ágio em transação de capital

O valor de R\$ 37.176 refere-se ao ágio auferido pela controlada Rio Bacacheri Participações S.A. como resultado da aquisição de 40% da Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A. realizada em outubro de 2019. A alocação deste ágio no patrimônio líquido da Companhia foi efetuada em consonância com os dispostos no CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e no ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

d. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. A Companhia alcançou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o limite estabelecido e, dessa forma, não foi necessário realizar a constituição da referida reserva para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

e. Reserva de retenção de lucros

Os saldos da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram destinados à reserva de retenção de lucros para futura deliberação dos acionistas, nos termos do estatuto social da Companhia. Por decisão dos acionistas, a reserva compõe o orçamento de capital para novos investimentos aprovado em Assembleia Geral Ordinária nos últimos três exercícios.

f. Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os dividendos foram calculados conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	153.042	100.584
(-) Reserva legal (i)	-	-
Base de cálculo	153.042	100.584
Dividendo mínimo	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	(38.261)	(25.146)
Dividendos complementares	(20.739)	(30.454)
Dividendos totais	(59.000)	(55.600)

- (i) A Companhia alcançou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o limite estabelecido e, dessa forma, não foi necessário realizar a constituição da referida reserva para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração aprovou em 05 de janeiro de 2021, em 22 de junho de 2021 e em 23 de novembro de 2021 o pagamento de R\$ 55.600 a título de pagamento de lucros correntes e acumulados. Os dividendos mínimos obrigatórios auferidos no valor de R\$ 25.146 ao final do exercício de 2021, que foram deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o Conselho de Administração aprovou em 28 de janeiro de 2022 o pagamento de R\$ 7.000 a título de pagamento de lucros acumulados. Em 20 de dezembro de 2022 o Conselho de Administração aprovou o pagamento de R\$ 13.739 a título de pagamento de lucros acumulados, e ainda o valor de R\$ 38.261 de antecipação dos dividendos mínimos obrigatórios propostos pela Administração ao final do exercício de 2022, os quais serão referendados em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2023.

23 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Granéis de Importação				
Operações portuárias	135.478	148.795	206.416	234.613
Armazenagens	94.505	55.744	98.943	56.139
	229.983	204.539	305.359	290.752
Granéis de Exportação				
Operações portuárias	144.059	71.991	144.059	71.991
	144.059	71.991	144.059	71.991
Industrializados				
Celulose	47.656	37.597	47.656	37.597
Operações de terminais	14.523	15.914	123.809	95.268
	62.179	53.511	171.465	132.865
Receita operacional bruta	436.221	330.041	620.883	495.608
Serviços cancelados	(418)	(341)	(469)	(416)
Impostos incidentes sobre os serviços	(49.569)	(33.338)	(73.440)	(53.404)
Deduções da receita	(49.987)	(33.679)	(73.909)	(53.820)
Receita operacional líquida	386.234	296.362	546.974	441.788

24 Custos dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais

O custo dos serviços prestados e despesas comerciais e administrativas e gerais da Companhia e suas controladas possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custos das operações portuárias	(114.013)	(99.853)	(142.346)	(131.914)
Mão-de-obra e encargos	(71.143)	(63.281)	(95.035)	(79.010)
Depreciação e amortização	(64.333)	(60.709)	(83.040)	(74.148)
Serviços de terceiros (diretos e indiretos)	(32.971)	(23.391)	(60.865)	(53.763)
Combustíveis e lubrificantes	(6.347)	(4.516)	(11.384)	(8.909)
Manutenção dos ativos	(5.366)	(4.929)	(7.203)	(7.734)
Energia, água e comunicação	(6.319)	(4.999)	(6.761)	(5.361)
Locações de equipamentos e imóveis	(1.191)	(1.485)	(2.102)	(4.039)
Outros custos e despesas	(8.701)	(6.948)	(9.395)	(9.082)
	(310.384)	(270.111)	(418.131)	(373.960)
Reconciliação dos custos e despesas, por função:				
Custos dos serviços prestados	(288.285)	(252.481)	(395.392)	(355.576)
Despesas comerciais	(615)	(412)	(615)	(412)
Despesas administrativas e gerais	(21.484)	(17.218)	(22.124)	(17.972)
	(310.384)	(270.111)	(418.131)	(373.960)
Outras despesas operacionais, líquidas, composição:				
Saldos intercompany aquisição Rocha RS	-	(4.970)	-	-
Despesas projetos baixados	(756)	(4.560)	(756)	(4.560)
Estimativas para PLR e rem. variável	(4.745)	-	(4.745)	(144)
Gastos relacionados à COVID-19	(289)	(543)	(326)	(879)
Baixas imobilizado, líquido	(598)	(1.575)	(2.356)	(1.586)
Provisões para contenciosos	(425)	(283)	(1.030)	(996)
Outras despesas operacionais, líquidas	(117)	(64)	263	(686)
	(6.930)	(11.995)	(8.950)	(8.851)

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimentos com aplicações financeiras	18.455	5.903	19.119	7.394
Outras receitas	190	3.559	275	118
	18.645	9.462	19.394	7.512
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(27.894)	(9.465)	(41.204)	(12.899)
Juros CPC 06 arrendamentos	(10.397)	(9.984)	(12.042)	(11.036)
Juros CPC 06 arrendamentos provisionados	(6.430)	(4.391)	(7.597)	(5.056)
IOF e variação cambial passiva	(2.707)	(1.263)	(2.817)	(1.345)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(858)	(598)	(889)	(1.500)
Juros incorridos e descontos concedidos	(763)	(1.144)	(2.997)	(1.901)
Atualização monetária aquisição de ativos (i)	-	-	(2.111)	(23.255)
Outras despesas financeiras	(977)	(728)	(1.096)	(834)
	(50.026)	(27.573)	(70.753)	(57.826)
	(31.381)	(18.111)	(51.359)	(50.314)

- (i) No Consolidado, substancialmente representado pela atualização monetária pelo IGPM do saldo a pagar da Rio Baccheri pela aquisição dos 40% das ações da Rocha RS, ocorrida em 18 de outubro de 2019.

26 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a risco de flutuação de taxas de juros em compromissos firmes. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Swap	(10.781)	(8.063)	(10.781)	(8.063)

Em 29 de setembro de 2020 a Companhia contratou com o Banco Itaú uma Cédula de Crédito Bancário de R\$ 145.000, a ser paga em 17 parcelas semestrais vencendo-se a primeira em 15 de março de 2021 e final em 15 de setembro de 2030. O saldo devedor é reajustado mensalmente pela variação de 100% do CDI. Para proteger seus fluxos de caixa contra a variação do CDI a Companhia firmou um contrato derivativo (SWAP) em dezembro de 2020, com um valor *nocional* de R\$ 72.500 e vencimento em 16 de setembro de 2030, pelo qual a Companhia substituiu a variação do CDI por IPCA.

O derivativo acima mencionado está unicamente classificado na rubrica de empréstimos e financiamentos, vide nota explicativa 18.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2. A Administração projeta os fluxos da ponta ativa e passiva do instrumento, descontando a valor presente com base em taxas de mercado.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

O Conselho de Administração e os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas

demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme o quadro abaixo:

(i) Controladora

		2022			2021
	Nota	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos					
Caixa e bancos	9	2.857	-	2.857	2.270
Aplicações financeiras	9	199.088	-	199.088	92.123
Contas a receber de clientes	10	42.277	-	42.277	29.528
Outras contas a receber	-	18.959	-	18.959	14.114
Passivos					
Fornecedores	16.a	-	30.811	30.811	29.722
Passivo de arrendamento	17	-	140.361	140.361	117.870
Empréstimos e financiamentos	18	-	441.155	441.155	292.810

(ii) Consolidado

		2022			2021
	Nota	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo Contábil
Ativos					
Caixa e bancos	9	3.328	-	3.328	4.365
Aplicações financeiras	9	199.088	-	199.088	118.651
Contas a receber de clientes	10	51.533	-	51.533	38.480
Outras contas a receber	-	24.430	-	24.430	17.652
Passivos					
Fornecedores	16.a	-	37.721	37.721	32.894
Passivo de arrendamento	17	-	167.391	167.391	136.306
Empréstimos e financiamentos	18	-	538.699	538.699	392.999

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detinham caixa e equivalentes de R\$ 201.945 (R\$ 94.393 em 2021) nas demonstrações financeiras individuais e R\$ 202.416 (R\$ 123.016 em 2021) nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido da provisão para perdas estimadas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento e análise de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia e suas controladas, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

27 Cobertura dos Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

Natureza da cobertura	Montantes segurados
Bens móveis e imóveis (seguro compreensivo)	286.000
Operações da Companhia (seguro compreensivo)	204.000
Responsabilidade civil - administradores (D&O)	45.000
Transporte rodoviário de cargas (RCTR-C e RCF-DC)	11.000
Seguro de vida em grupo	5.850
Riscos diversos – máquinas pequenas	869
Cobertura para veículos (próprios e terceiros)	300

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

28 Informações por segmento

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações a seguir que integram esta nota explicativa, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento. A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e com report à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As políticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme nota explicativa 3.

A Companhia atua diretamente e por meio de suas controladas nos portos Paranaguá-PR, São Francisco do Sul-SC, Rio Grande-RS, São Luis do Maranhão-MA e Palmeirante-TO.

Segmentos operacionais

1 - Granéis de exportação: representado principalmente pela atividade de recepção, armazenagem e operação portuária (embarque) de commodities agrícolas a granel, destinadas à exportação, principalmente soja e milho. As operações deste segmento são efetuadas pela Rocha Terminais.

2 - Granéis de importação: representado principalmente pela atividade de operação portuária e armazenagem de granéis sólidos de importação, principalmente fertilizantes, e de outros granéis minerais, além de sal, malte, trigo e cevada, dentre outros. As operações deste segmento são efetuadas pela Rocha Terminais, Rocha RS (subsidiária integral), Fullport8 (considera 28,33% dos resultados) e COPI (considera 50,00% dos resultados).

3 - Industrializados: representado principalmente pela atividade de operações portuárias, de logística e de armazenagem, relacionada à exportação de celulose e importação de produtos siderúrgicos e de carga geral. As operações deste segmento são efetuadas pela Rocha Terminais e Porto Seco.

4 - Granéis Líquidos: representado principalmente pela atividade de operação portuária e de armazenagem em tanques, relacionada ao embarque e desembarque de granéis líquidos, como derivados de petróleo, metanol, óleo de soja, etanol, dentre outros. As operações deste segmento são efetuadas pela Cattalini (considera 50,00% dos resultados).

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 nenhum cliente dos segmentos acima mencionados atingiu 10% de participação na receita bruta consolidada. Todas as receitas dos segmentos acima descritos são geradas no Brasil.

Exercício findo em 31.12.2022	Granéis	Granéis	Industrializados	Granéis	Institucional	Valores	Eliminações (controladas em conjunto)	Total
	Exportação	Importação		Líquidos		Agregados		
Receita bruta de vendas	144.059	414.794	171.465	266.174	-	996.492	(375.609)	620.883
Deduções da receita	(15.783)	(48.689)	(23.165)	(31.617)	-	(119.253)	45.344	(73.909)
Receita líquida	128.276	366.105	148.300	234.558	-	877.239	(330.265)	546.974
Custo dos serviços prestados	(46.483)	(243.904)	(93.564)	(53.117)	(21.484)	(458.552)	119.059	(339.493)
Resultado operacional	81.793	122.201	54.736	181.441	(21.484)	418.687	(211.206)	207.481
Depreciação e amortização	(28.761)	(47.359)	(10.097)	(13.767)	(1.686)	(101.670)	21.563	(80.107)
Outras (despesas) receitas operacionais	-	(774)	-	(399)	(4.548)	(5.721)	1.173	(4.548)
Receitas financeiras	-	519	-	6.111	19.394	26.024	(6.630)	19.394
Despesas financeiras (i)	-	(2.383)	-	(17.085)	(70.411)	(89.879)	19.468	(70.411)
IR/CS corrente	-	(3.783)	-	(53.776)	(13.953)	(71.512)	57.559	(13.953)
Lucro operacional	53.032	68.422	44.639	102.525	(92.688)	175.929	(118.073)	57.856
Despesas não recorrentes	-	-	-	-	(2.933)	(2.933)	-	(2.933)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	114.348	114.348	-	114.348
IR/CS diferido	-	-	-	-	(16.229)	(16.229)	-	(16.229)
Lucro líquido do exercício	53.032	68.422	44.639	102.525	2.498	271.115	(118.073)	153.042

Exercício findo em 31.12.2021	Granéis	Granéis	Industrializados	Granéis	Institucional	Valores	Eliminações (controladas em conjunto)	Total
	Exportação	Importação		Líquidos		Agregados		
Receita bruta de vendas	71.991	380.849	132.865	229.868	-	815.573	(319.965)	495.608
Deduções da receita	(7.474)	(40.342)	(17.393)	(23.477)	-	(88.686)	34.866	(53.820)
Receita líquida	64.517	340.508	115.472	206.391	-	726.887	(285.099)	441.788
Custo dos serviços prestados	(30.740)	(226.689)	(83.591)	(49.324)	(17.072)	(407.416)	108.548	(298.868)
Resultado operacional	33.777	113.818	31.881	157.067	(17.072)	319.471	(176.551)	142.920
Depreciação e amortização	(23.471)	(44.249)	(8.311)	(12.868)	(4.094)	(92.992)	18.844	(74.148)
Outras (despesas) receitas operacionais	-	(1.830)	-	(1.774)	(9.874)	(13.478)	3.604	(9.874)
Receitas financeiras	-	288	-	2.535	7.512	10.335	(2.823)	7.512
Despesas financeiras (i)	-	(2.894)	-	(7.964)	(29.515)	(40.373)	10.858	(29.515)
IR/CS corrente	-	(2.086)	-	(46.960)	(7.670)	(56.716)	49.046	(7.670)
Lucro operacional	10.306	63.047	23.570	90.036	(60.713)	126.246	(97.021)	29.225
Despesas não recorrentes	-	-	-	-	(28.311)	(28.311)	-	(28.311)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	88.483	88.483	-	88.483
IR/CS diferido	-	-	-	-	11.187	11.187	-	11.187
Lucro líquido do exercício	10.306	63.047	23.570	90.036	10.646	197.605	(97.021)	100.584

(i) Inclui o resultado com provisão para perda esperadas com clientes.

29 Informação suplementar às demonstrações de fluxo de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Reversão de dividendos a receber	-	6.797	-	574
Dividendos propostos por investidas e ainda não recebido	(2.719)	(226)	(2.360)	(226)
Dividendos pagos por investidas	226	33.565	226	33.565
Juros capitalizados no exercício	(16.525)	(18.905)	(16.525)	(19.884)
IRPJ/CSLL sobre juros capitalizados no exercício	15.449	-	16.007	333
Aquisição de ativos a pagar	-	-	3.412	9.000
Atualização ativo de direito de uso de arrendamento	(41.656)	(26.919)	(58.850)	(32.239)
Atualização passivo de arrendamento	<u>48.086</u>	<u>31.310</u>	<u>66.447</u>	<u>37.295</u>
